à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação devendo vigor pelo prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado até completar prazo máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oriximiná, 19 de abril de 2021.

JOSE WILLIAN
SIQUEIRA DA
FONSECA:017
37265508

Assinado de forma
digital por JOSE
WILLIAN SIQUEIRA DA
FONSECA:01737265508
Dados: 2021.04.19
13:39:01 -03'00'

JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Protocolo: 653418

DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto na Lei Complementar nº. 23, de 23 de março de 1994; Considerando os termos do Ofício nº. 001/2021-SECCON/SEJUDH, de 29 de março de 2021;

Considerando as informações e os documentos constantes do Processo nº. 2021/334045,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos - CEDDD, o representante a seguir nominado:

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH:

Suplente: LUIZ CLAUDIO BRAGA CAVALCANTE

Art. 2º. Nomear para compor o Conselho Estadual Defesa dos Direitos Difusos - CEDDD, o representante a seguir nominado:

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH:

Suplente: ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA

Art. 3º. O membro ora nomeado cumprirá o restante do mandato do biênio 2019/2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 6 DE MAIO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos X e XX, da Constituição Estadual, combinado com os arts. 128 e 129, I, c, da Lei Estadual nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e

Considerando a documentação recepcionada pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará, que traz à baila suposto envolvimento do MAJ QOPM RG 28.774 ERINALDO SILVA COSTA em uma ocorrência no município de Capanema/PA, culminando com disparos de arma de fogo, lesão corporal resultante de coronhada, além de dano patrimonial e posterior fuga, condutas estas que, em tese, afetam o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe, não estando de serviço policial militar nem atuado em razão da função;

Considerando que a narrativa fática conduz à violação, em tese, das condutas tipificadas no art. 18, incisos III, IV, V, VII, IX, XI, XIII, XVIII, XXIII, XXVIII, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXIX c/c art. 37, XXI, XXIV, XXV, XCII, XCIII, XCIV, CXLVI, CXLVII, CXLVIII e § 2º, todos da Lei Estadual nº 6.833, de 2006, além do arts. 129 e 163, do Código Penal Brasileiro e art. 15 da Lei Federal nº 10.826/2003;

Considerando a expiração do prazo do Conselho de Justificação instaurado por meio do Decreto de 10 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.489 de 11/02/2021, que tem justificante o MAJ QOPM RG 28.774 ERINALDO SILVA COSTA; e

Considerando as informações constantes nos Processos nºs. 2020/878568 e 2021/328197,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos dos arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº 6.833, de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar as supostas faltas funcionais do Justificante MAJ QOPM RG 28.774 ERINALDO SILVA COSTA, os Oficiais Militares a seguir relacionados:

TEN CEL QOPM FÁBIO JOSÉ CARMONA DOS SANTOS - Presidente

TEN CEL QOPM JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO – Interrogante - Relator

TEN CEL QOPM MÁRCIO ABUD BARBALHO – Escrivão.

Art. 2º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias úteis, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133 c/c o art. 123 da Lei Estadual nº 6.833, de 2006.

Art. 3º Este decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 6 DE MAIO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

autorizar JARBAS VASCONCELOS DO CARMO, Secretário de Estado de Administração Penitenciária, a se ausentar de suas funções, no período de 3 a 6 de maio de 2021, para tratar de assuntos particulares, devendo responder pelo expediente do Órgão, no impedimento do titular, MARCELA TOSTES MONTENEGRO DUARTE, Coordenadora da Consultoria Jurídica. PALÁCIO DO GOVERNO, 6 DE MAIO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, LIDIANE SILVA DE CASTRO do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, a contar de 04 de maio de 2021.

PALÁCIO DO GOVERNO, 6 DE MAIO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado